



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CUBATÍ
M E N S A G E M

Ao
Exmo. Sr. Presidente
Mesa Diretora
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Cubatí /PB.

Ref: ***Projeto de Lei***
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária
Exercício de 2027

Senhor Presidente;
Senhores (as) Vereadores (as) ;

Em consonância com o que dispõem a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, e a Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei em anexo, que trata das Diretrizes Orçamentárias e que estabelece as Metas e Prioridades da Administração Municipal, além das orientações à elaboração do Orçamento-Programa deste Município, para o exercício de 2027.

As Metas e Prioridades da Administração Municipal estão em consonância com o Plano Plurianual do Município vigente (2026/2029).

Com a apresentação da presente proposição, este Poder Legislativo, deverá colocar em prática o processo de discussão e apreciação, notadamente no que concernem as prioridades, no período a que se refere a mesma.

O Projeto de Lei em apenso encontra-se estruturado em diversas DIRETRIZES, as quais abordam regras gerais e específicas de condutas pertinentes as mais diversificadas políticas e ações públicas a serem adotadas em benefício da melhoria da qualidade de vida dos munícipes sejam no aspecto econômico, social e da cidadania, os quais compõe-se das seguintes:

Diretrizes I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

Diretrizes II - a organização e a estrutura dos orçamentos;

Diretrizes III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;

Diretrizes IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

Diretrizes V - as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CUBATÍ

Diretrizes VI - as disposições sobre as alterações na Legislação Tributário Município;

Diretrizes VII - as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e

Diretrizes VIII - as disposições finais.

Integram ainda o presente os anexos determinados pelo Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como, Demonstrativo de Despesa de Capital.

Os anexos **DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE CAPITAL – ANEXO I**, e **DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES – ANEXO II**, são meras **Previsões de Despesas**, geradas pelo efeito de índices inflacionários de correção aplicados automaticamente pelo sistema de processamento de dados contábeis, não constitui em definitivo os valores a serem empregados na Lei Orçamentária futura.

Os valores reais que serão praticados no exercício em foco (2027) na Lei Orçamentária para 2027, serão ajustados de acordo com:

1. O estabelecido na legislação conforme execução orçamentária realizada das despesas em 2026, cujos valores não poderão ser dimensionados devido o exercício ainda encontrar-se em pouco mais de 1/3 (um terço) da execução (mês de abril);
2. A legislação vigente para fixação de determinados tipos de despesas;
3. Acordos de repasses reajustados entre o Poderes Executivo e o Poder Legislativo, em observância aos limites constitucionais impostos.

Por fim, por por força do **Inciso I do § 2º do Art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, deverá haver a **PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO PROCESSO DE DISCURSSÃO DESTA LEI NESSA CASA LEGISLATIVA**, através de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** e que, por recomendação do Tribunal de Contas do Estado, seja expedido documento (Ata) em que comprove a realização de Sessão Especial para esse fim.

Enfim, confiante no alto espírito público de Vossa Excelência e dos Excelentíssimos Senhores Vereadores, com vistas à aprovação do presente instrumento, aproveito o ensejo para apresentar-lhes protestos de elevada estima considerações.

Cubatí/PB., 23 de Abril de 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA
- Prefeito Constitucional -

1ª VOTAÇÃO
2ª VOTAÇÃO



Aprovado na Sessão de 29 de 04 de 2026
S. S. Câmara Municipal de Cubatí
Presidente Boisinaldo Alves de Oliveira
Secretário Thatyanne Carneiro Silva

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

PROJETO DE LEI Nº 710 /2026.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Cubatí- PB.

Faz saber que ele encaminha para discussão e apreciação pelo Poder Legislativo Municipal o seguinte Projeto de Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, § 2º, da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF) e da Lei Orgânica do Município, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2027, compreendendo:

- Diretrizes I** - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- Diretrizes II** - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- Diretrizes III** - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- Diretrizes IV** - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- Diretrizes V** - as disposições relativas as despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- Diretrizes VI** - as disposições sobre as alterações na Legislação Tributária do Município;
- Diretrizes VII** - as disposições relativas a Dívida Pública Municipal; e
- Diretrizes VIII** - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei os seguintes anexos:

I - Anexo de Metas Fiscais, composto de:

- a. demonstrativo de metas anuais;
- b. avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c. demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- d. evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios;
- e. origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f. demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; e
- g. demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

II - Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

III - Anexo de Metas e Prioridades;

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS I DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

Art. 2º - Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2027, são aquelas contempladas no Plano Plurianual vigente, podendo ser totalmente alteradas, observando-se as dimensões, áreas e objetivos constantes do novo Plano Plurianual vigente, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem limites a programação das despesas, porém com especial atenção para:

I – Priorizar a Primeira Infância, alocando recursos ordinários e vinculados.

II - Despesas vinculadas a Primeira Infância, a ser codificada com o número “5000”, assim como os respectivos Projetos / Atividades, iniciando com “5”.

III – Ação executadas por intermédio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, priorizadas na proposta de Lei Orçamentária por meio da alocação de recursos financeiros no Orçamento da Unidade Gestora responsável pela concretização e ampliação das políticas sociais relacionadas, contempladas no Anexo de Metas e Prioridades desta lei.

§ 1º - Caberá ao Poder Executivo, priorizar ações vinculadas a Primeira Infância, assim composta:

- a) Nos termos da Lei 13.257/2016, priorizar ações de governo, vinculados aos direitos das crianças de até 6 (seis) anos, estabelecendo princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas.
- b) Estabelecer as metas e prioridades, para viabilizar as aplicações dos recursos, em cumprimento a Lei 13.257/2016;
- c) Fomentar as ações de governo, priorizando os recursos disponíveis;

§ 2º - O Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI do município, tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos, enquanto sujeito de direitos, de acordo com o princípio da proteção integral a criança, previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 3º - As metas e as ações pela Primeira Infância, versarão sobre os seguintes temas:

1. Crianças com Saúde;
2. Educação Infantil;
3. A Família e a comunicação da criança;
4. Assistência Social as crianças e suas famílias;
5. Convivência familiar e comunitária em situações especiais;
6. Do direito ao brincar e o brincar de todas as crianças;
7. A criança e o espaço: a cidade e o meio ambiente;
8. Atendendo as diversidades;
9. Enfrentando as violências sobre as crianças;
10. Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças;
11. Protegendo as crianças da pressão consumista;
12. Controlando a exposição precoce aos meios de comunicação;
13. Evitando acidentes na Primeira Infância.

§ 4º - Na elaboração da proposta orçamentária será dada maior prioridade:

PODER LEGISLATIVO:

- a) modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;
- b) adoção de iniciativas que venham a sensibilizar a população para a participação do processo legislativo.

PODER EXECUTIVO:

- a) Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos segmentos:
 - a.1 **Educação** - oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

metas:

a.1.1 estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, oportunidades educacionais com melhoria do ensino;

a.1.2 de redução das desigualdades e a valorização da diversidade que visem a equidade;

a.1.3 de valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.

a.2 Saúde e Saneamento - com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil e combate as pandemias, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento.

a.3 Promoção social a família, a criança e ao adolescente e a população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes carentes do município com renda comprovadamente inferior a um quarto de salário mínimo por pessoa da família.

a.4 Incentivo aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das vocações locais.

a.5 Ampliação de oferta de emprego e renda à população com a promoção de capacitação e criação e incentivo para as oportunidades de ao primeiro emprego em parceria com a iniciativa privada, como forma de fomentar a economia local.

a.6 Recuperação e conservação do meio ambiente visando ao atendimento das determinações constantes no art. 225 da Constituição Federal.

a.7 De desenvolvimento em articulação com os governos estadual e federal. de programas voltados à implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.

b) Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de: **b.1** Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;

b.2 Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;

b.3 Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.

c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

c. 1 Do desenvolvimento da agropecuária;

c.2 Da indústria, com ênfase as pequenas e micro empresas;

c.3 Do desenvolvimento da produção mineral.

d) Ações administrativas que objetivem:

d.1 A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando a otimização da prestação dos serviços públicos a comunidade;

d.2 A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate a sonegação.

Art. 3º - Para consecução das prioridades previstas no orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I - ÁREA SOCIAL:

a. Na educação e cultura:

a.1 Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos. de modo a atender a totalidade das crianças nesta faixa etária;

a.2 Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 100%;

a.3 Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE CUBATÍ

- a.4 Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%
- a.5 Redução a zero da taxa de evasão escolar, implementando e programa de garantia de bolsa escola e de esporte e lazer;
- a.6 Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;
- a.7 Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
- a.8 Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;
- a.9 Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;
- a.10 Apoio á atividades e extensão universitária;
- a.11 Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do (a) padroeiro (a).
- a.12 Estabelecer diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, em consonância com a metas e diretrizes estabelecidas no Plano Estadual e Nacional de Educação, através dos objetivos, programas e ações com vistas a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam:
- I – Erradicação do analfabetismo;
- II – Universalização do atendimento escolar.
- III – Melhoria da qualidade do ensino;
- IV – Formação para o trabalho;
- V – Promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
- b. Da saúde pública**
- b.1 Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo substancialmente o índice de mortalidade infantil.
- b.2 Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar a população do município;
- b.3 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
- b.4 Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
- b.5 Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;
- c. Da Habitação e Saneamento Básico**
- c.1 Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
- c.2 Construção e melhoria de casas populares.
- d. Da Assistência Social**
- d.1 Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
- d.2 Ampliar os programas de assistência comunitária;
- d.3 Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
- d.4 Estimular programas de assistência comunitária.
- d.5 Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
- d.6 Distribuição de donativos a pessoas de baixa renda;
- d.7 Apoio aos pequenos negócios, as empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar.
- d.8 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.
- d.9 Serviço de acolhimento á Família Acolhedora
- d.10 Promoção social a família, a criança, aos adolescentes e a população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas nos referidos Estatutos, devendo na Lei Orçamentária os recursos vinculados a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes em vulnerabilidade social do município com renda comprovadamente inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo, por pessoa da família.
- d.11.1 Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física,



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE CUBATÍ

mediante a ampliação dos atuais programas;

d.11.2 Ampliar os programas de assistência comunitária;

d.11.3 Melhorar a assistência e fomento nutricional com base nos princípios da Segurança Alimentar com a distribuição de cestas básicas a famílias em vulnerabilidade social, no âmbito dos Recursos Próprios que o município deve cofinanciar a gestão do SUAS;

d.11.4 Estimular programas de assistência comunitária;

d.11.5 Cobertura dos benefícios eventuais as famílias em vulnerabilidade social temporária e nos casos de calamidade pública e situações temporárias, conforme diretrizes legais;

d.11.6 Deslocamento de famílias em vulnerabilidade social para outros centros;

d.11.7 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

II. NA ÁREA ECONÔMICA:

a. Agropecuária

a.1 Assistência e incentivo a produção agrícola;

a.2 Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;

a.3 Fortalecimento do pequeno produtor rural;

a.4 Distribuição de sementes ao pequeno produtor;

a.5 Combate a seca e a pobreza rural.

a.6 Incentivo a Agricultura Familiar. b. Indústria, comércio e turismo

b. Indústria, Comércio e Turismo

b.1 Apoio as pequenas e micro empresas do município, como forma de fomento a geração de emprego e renda.

III. NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS:

a. Recursos Hídricos:

1. Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;

b. Transportes

1. Conservação e apoio a malha rodoviária municipal;

c. Energia

1. Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;

2. Manutenção da eletrificação urbana e rural;

d. Serviços urbanos

1. Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;

2. Ampliação e manutenção da coleta de lixo;

3. Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;

4. Arborização da cidade; Parágrafo Único - Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício.

Parágrafo Único - A execução das ações vinculadas as metas e prioridades, do Plano Plurianual a que se refere o caput, estará condicionada a manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Art. 4º - As Ações / Metas a serem adotadas na presente lei, são as especificadas no Plano Plurianual vigente.

§ 1º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º - Na destinação de recursos as ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual – PPA, conforme referido.



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE CUBATÍ

Art. 5º - Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento a infância e a adolescência no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º - O Município implementará o atendimento integral as pessoas portadoras de deficiência e as pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas a satisfação de suas necessidades.

Art. 7º - Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade em um processo de democracia participativa, voluntária e universal.

Parágrafo único. Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária o Poder Legislativo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 8º - O Município poderá adotar medidas de fomento a participação das micros, pequenas e médias empresas instaladas na região, no fornecimento de bens e serviços para a Administração Pública Municipal, bem como facilitará a abertura de novas empresas de micro, pequeno e médio porte, por meio de desburocratização dos respectivos processos e criação de incentivos fiscais quando julgar necessário.

Art. 9º - O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo projeto de lei dispor sobre alterações na Legislação Tributária, com vistas ao fomento da atividade econômica no Município.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 10 - A elaboração e execução do orçamento que deve estar compatível com o Plano Plurianual vigente, em consonância com as seguintes diretrizes fundamentais:

- I. equilíbrio das contas públicas municipais;
- II. transparência na elaboração e gestão dos orçamentos municipais;
- III. austeridade na utilização e otimização dos recursos públicos;
- IV. obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal;
- V. respeito aos princípios orçamentários.

Art. 11 - A estimativa de receita será realizada conforme as normas técnicas e legais, considerando os efeitos das alterações da legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou algum outro fator econômico relevante, e será detalhada na proposta, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de forma a identificar a arrecadação segundo as naturezas da receita e fontes de recursos.

Art. 12 - A Lei Orçamentária compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social.

Art. 13 - O Projeto de Lei Orçamentária do Município deverá obedecer aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observados os seguintes:

- I - o princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões, bem como combater a exclusão social;
- II - o princípio do controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
- III - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes as



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

informações relativas ao orçamento; e

IV - o princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz a própria eficiência da atividade administrativa.

Art. 14 - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;

II - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

III - subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

IV - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa a concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

V - ação: especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, descrevendo o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos, que devem ser detalhados em unidades e medidas;

VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário a manutenção das ações de governo;

VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;

VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

IX - órgão orçamentário: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, ao qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolverem um programa de trabalho definido;

X - unidade orçamentária: constitui-se em um desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta ou da administração indireta, em cujo nome a lei orçamentária anual consigna, expressamente, dotações com vistas a sua manutenção e a realização de um determinado programa de trabalho;

XI - modalidade de aplicação: indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito ou mediante transferência para entidades públicas ou privadas.

XII - concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de recursos orçamentários; e

XIII - convenente: as entidades da Administração Pública Municipal e entidades privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de recursos orçamentários.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção as quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Art. 15 - O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

Art. 16 - O Poder Executivo também encaminhará ao Poder Legislativo, o Orçamento da Seguridade Social.

Art. 17 - A receita orçamentária será discriminada pelos seguintes níveis:

- I - Categoria Econômica;
- II - Origem;
- III - Espécie;
- IV - Rubrica;
- V - Alínea;
- VI - Subalínea;
- VII - Fonte e Destinação de Recursos.

§ 1º - A Categoria Econômica da receita, primeiro nível de classificação, está assim detalhada:

- I - Receitas Correntes - 1; e
- II - Receitas de Capital - 2.

§ 2º - A Origem, segundo nível da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que os mesmos ingressam no patrimônio público.

§ 3º - O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.

§ 4º - O quarto nível, a Rubrica, agrega, dentro de cada espécie de receita, determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si.

§ 5º - A Alínea, quinto nível, funciona como uma qualificação da Rubrica, apresentando o nome da receita propriamente dita e recebendo o registro pela entrada dos recursos financeiros.

§ 6º - O sexto nível, a Subalínea, representa o detalhamento mais analítico das receitas públicas.

Art. 18 - A despesa orçamentária será discriminada por:

- I - Órgão Orçamentário;
- II - Unidade Orçamentária;
- III - Função;
- IV - Subfunção;
- V - Programa;
- VI - Ação (Projeto, Atividade ou Operação Especial);
- VII - Categoria Econômica;
- VIII - Grupo de Natureza da Despesa;
- IX - Modalidade de Aplicação;
- X - Elemento de Despesa; e
- XI - Fonte de Recursos.

§ 1º - A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada:

- I - Despesas Correntes - 3; e
- II - Despesas de Capital - 4.



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

§ 2º - Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV - investimentos - 4;
- V - inversões financeiras - 5; e
- VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º - A Modalidade de Aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

- I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social; e
- II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º - Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - transferências a União - 20;
- II - transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;
- III - transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo - 31
- IV - transferências a Municípios - 40
- V - transferências a Municípios - Fundo a Fundo - 41
- VI - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;
- VII - transferências a instituições privadas com fins lucrativos - 60;
- VIII - transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio - 71;
- IX - execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos - 72;
- X - transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio - 73;
- XI - aplicações diretas - 90; e
- XII - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91.

§ 5º - A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

§ 6º - A Lei Orçamentária Anual conterà a destinação de recursos, classificados por Fontes, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda, e pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 7º - Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 8º - As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as atualizações dos Planos de Contas da Receita e da Despesa, durante a execução orçamentária.



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

Art. 19 - A Reserva de Contingência prevista no art. 50 desta Lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere a categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e a fonte de recursos.

Art. 20 - A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

- I - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e
- II - ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

Art. 21 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na proposta orçamentária as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento, ao Poder Legislativo, do correspondente Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Art. 22 - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I - o comportamento da arrecadação de receitas do exercício anterior;
- II - o demonstrativo, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;
- III - a situação observada no exercício de 2027 em relação aos limites de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;
- IV - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- V - o demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento a Emenda Constitucional nº 29/2000;
- VI - a discriminação da dívida pública total acumulada; e

Art. 23 - O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal constituir-se-á de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei; e
- IV - discriminação da legislação da receita e da despesa referente ao Orçamento Fiscal. § 1º Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 24 - As estimativas das despesas, além dos aspectos considerados nos artigos anteriores, deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, considerando o seu comportamento em anos anteriores, os efeitos decorrentes das decisões judiciais e o planejamento das ações contidas no Plano Plurianual.

Parágrafo único - Nenhuma despesa poderá ser criada ou ampliada sem a necessária e objetiva indicação de recursos para a sua execução.

Art. 25 - A Administração Municipal adotará permanentemente medidas que visem o incremento da receita municipal, através da melhoria da eficiência do aparelho fiscal do Município, combate a evasão e a sonegação fiscal, e cobrança da dívida ativa municipal.

Art. 26 - Para fins de controle de custos dos produtos e serviços desenvolvidos e de avaliação dos resultados dos programas governamentais realizados, deverão ser aprimorados os processos de contabilização de custos diretos e indiretos



ESTADO DA PARAÍBA **MUNICÍPIO DE CUBATÍ**

dos produtos e serviços executados, e os métodos e sistemas de informação que possibilitem a aferição dos resultados pretendidos.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS III

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 27 - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7,0% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts. 153, § 5º, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009.

§ 1º - O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob a pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

§ 2º - A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70,0% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 28 - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 30 de junho do corrente exercício, observadas as disposições desta Lei.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 29 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I - pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, dos instrumentos de gestão previstos no art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000.

II - pelo Poder Executivo:

- a) da Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- b) das alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;
- c) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e
- d) do Relatório de Gestão Fiscal.

§ 2º - Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, deverá manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000.



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE CUBATÍ

Art. 30 - As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Art. 31 - O Poder Executivo, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado no mínimo, por órgão e por fonte de recursos, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 32 - O Poder Executivo, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais.

Art. 33 - Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior a realização das receitas, por Fonte de Recursos, respeitados no período, a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º - Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no caput deste artigo e no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais, desta Lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 2º - Na hipótese de ocorrência de limitação de empenho e movimentação financeira, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 34 - Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 35 - As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação, Fundos Municipais e Empresas Públicas serão apresentadas para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 36 - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

Art. 37 - É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado.

Art. 38 - A Lei Orçamentária somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

- I - certidão de trânsito em julgado dos embargos a execução no todo ou da parte não embargada;
- e
- II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

Art. 39 - A Procuradoria do Município encaminhará a Secretaria Municipal de Fazenda, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos a serem incluídos na proposta orçamentária, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V - data da autuação do precatório;
- VI - nome do beneficiário;
- VII - valor do precatório a ser pago (atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 5º, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 62/2009);
- VIII - data do trânsito em julgado;
- IX - número da vara ou comarca de origem; e
- X - Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 40 - O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 e pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, sujeitar-se-á ao disposto na legislação municipal que trata da matéria.

Art. 41 - Na programação da despesa não poderá:

- I - ser incluídas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e
- II - ser incluídas despesas a título de Investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, reconhecidos na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal e do art. 104, § 3º, da Lei Orgânica do Município.

Art. 42 - Na proposta orçamentária não poderá ser destinado recursos para atender despesas com:

- I - ações que não sejam de competência exclusiva ou comum do município, ou com ações para as quais a Constituição Federal não estabeleça a obrigação do Município de cooperar técnica e/ou financeiramente; e
- II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.

§ 1º - Para atender ao disposto nos incisos I e II, durante a execução orçamentária, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

Art. 43 - É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, subvenções econômicas, auxílios ou contribuições, ressalvadas aquelas destinadas as entidades privadas sem fins lucrativos e amparadas por Leis Municipais.

Art. 44 - A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

- I - custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do Município ao sistema de seguridade social, compreendendo os Planos de Previdência Social e de Assistência à Saúde, conforme legislação em vigor;
- II - custeio administrativo e operacional;
- III - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e a saúde;



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

IV - garantia do cumprimento do disposto nos arts. 43 e 44 desta Lei;

V - pagamento de sentenças judiciais;

VI - contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e

VII - reserva de contingência, conforme especificado no art. 50 desta Lei.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra-arroladas poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

Art. 45 - As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 46 - O controle de custos, a avaliação de resultados previstos no art. 4º, inciso I, alínea “e”, e no art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, e a avaliação dos Programas de Governo constantes do Plano Plurianual - PPA, serão realizados pelo Órgão de Planejamento do Município.

Art. 47 - O Orçamento Fiscal estimará as receitas e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

Art. 48 - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 49 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa, serão considerados:

I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II - o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e

III - as alterações tributárias.

Art. 50 - A Lei Orçamentária conterà Reserva de Contingência no valor até 1,0% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - A Reserva de Contingência prevista no caput será constituída, exclusivamente, pela Fonte de Recurso 500 (Recursos Não Vinculados a Impostos).

v

§ 2º - Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados a prestação de serviços públicos de assistência social, saúde, educação, defesa civil, ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública e precatórios.

Art. 51 - Os recursos de convênios repassados pelo município a outras entidades públicas ou privadas deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas a Secretaria da Fazenda do Município.

Art. 52 - As despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela administração municipal, quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos na Lei Orçamentária, conforme previsto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 53 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194 a 196, 199 a 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, §



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

5º, e as destinadas por lei as despesas do Orçamento Fiscal;

II - da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; e

III - do Orçamento Fiscal.

IV - da priorização do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) como base estruturante para a realização da seguridade social, em consonância com o art. 203 da Constituição Federal, .

Parágrafo único. Os recursos para atender as ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento da Seguridade Social.

Art. 54 - As despesas consideradas obrigatórias e de caráter continuado com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº 9.717/1998, na Lei Complementar nº 101/2000 e na legislação municipal em vigor.

Art. 55 – As emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverão obedecer criteriosamente ao disposto no art. 169 e seus parágrafos da Constituição Estadual, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 56 – Fica vedada a apresentação de emendas que:

I – indiquem o aumento da despesa sem estimativa do valor e justificativa do seu incremento e sem a indicação da fonte de recursos a ser utilizada e a dotação orçamentária a ser reduzida;

II – indique recursos proveniente da anulação de dotações destinadas as seguintes despesas:

- a) dotações vinculadas a programas sociais;
- b) dotações de sentenças judiciais e serviços da dívida;
- c) dotações para pagamento de PASEP;
- d) dotações relativas aos grupos de despesas 31, 32 e 46;
- e) dotações com recursos de convênios;
- f) dotações com recursos próprios, exceto quando se tratar de recursos dentro da própria Unidade Orçamentária;
- g) dotações do Orçamento Fiscal com o da Seguridade Social e vice-versa;

III – sejam incompatíveis com o estabelecido no Plano Plurianual vigente;

IV – não façam parte das prioridades e metas definidas no Plano Plurianual;

V – tratem de matéria diversa da autorizada no p 8º. do Art. 165 da Constituição Federal;

Art. 57 – O processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) tem início com o envio do referido projeto a Câmara Municipal de Vereadores e finaliza com a sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal, ou quando for o caso de veto governamental, após sua deliberação pela Câmara Municipal de Vereadores, com a promulgação da lei pelo Prefeito Municipal ou pelo Presidente do Poder Legislativo Municipal conforme o caso.

Art. 58 – Inalterada a Unidade Orçamentária, a Classificação Funcional Programática, a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza da Despesa, a Modalidade de Aplicação, a Fonte de Recursos de o valor, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar ajustes necessários no Quadro de Detalhamento da Despesa da Lei Orçamentária quando de sua execução, com o fim de adequá-lo a Estrutura Organizacional do Município, resultante da cisão, fusão ou incorporação de Unidades Orçamentárias ou, ainda, a criação de novo órgão sem a criação de novas unidades, bem como, para promover a mudança de denominação de órgão ou unidade orçamentária.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS V



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE CUBATÍ

AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS;

Art. 59 - Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de junho projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, bem como as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000, observado o contido no art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

Art. 60 - O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentária, e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando os limites do art. 20, inciso III, e do art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 61 - O Poder Executivo e Poder Legislativo mediante Lei Autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras, conforme disposto no art. 169, § 1º, II da CF.

§ 1º - Para o provimento de cargos do quadro de servidores os poderes municipal poderão nos termos do art. 37, inciso IX, contratar pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

§ 2º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei do Orçamento.

Art. 62 - Ressalvada a hipótese do Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos poderes, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício, o Limite Prudencial de 51,30% e 5,40% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (Art. 71 da LRF), e observarão também as novas regras impostas pela Lei Complementar 178, de 13 de janeiro de 2021, que alterou a Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que impõe medidas de reforço a Responsabilidade Fiscal, conforme exposto nos arts. 15 e 16, estabelecendo as seguintes regras adicionais no cômputo na apuração da despesa com pessoal:

- a) Inclusão do valor bruto das despesas com pessoal no cômputo do limite, sendo vedada a consideração de valores retidos de outras deduções, excetuando-se apenas o abatimento para adequação da remuneração dos servidores ao teto constitucional (CF/88, art. 37,XI);
- b) Não dedução, para fins de limites, das despesas com inativos e pensionistas custeadas com recursos aportados para cobertura de déficit financeiro quando for o caso de regimes de previdência próprio;
- c) a inclusão das despesas com inativos e pensionistas junto ao limite do Poder e órgão de origem do servidor, independente do órgão responsável pelo pagamento do benefício;
- d) implementação da adoção do regime de competência para o cálculo da despesa com pessoal (art. 18, § 2º), independente de empenho que por algum motivo não passaram pela execução orçamentária

Art. 63 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da LRF (Art. 22, Parágrafo Único, V da LRF).

Art. 64 - Durante o exercício financeiro, observado o disposto no art. 169, da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

- I - existirem cargos vagos a preencher;
- II - houver vacância dos cargos ocupados;
- III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e
- IV - forem observados os limites previstos na legislação, ressalvado o disposto no art. 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos ou funções somente poderá ocorrer depois de atendido ao disposto neste artigo, no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 65 - O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Art. 66 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (Art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo com comissão;

Art. 67 - Para efeito desta Lei e registro contábeis, estende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o Art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS VI

AS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO;

Art. 68 - Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação a estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

Art. 69 - Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCAE-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

Art. 70 - Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquota ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS VII

AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL



ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE CUBATÍ

Art. 71 - O Poder Executivo deverá enquadrar a dívida do Município dentro do planejamento de longo prazo, de modo que ele comprometa o mínimo possível a arrecadação tributária do município, que deve ser destinada a investimentos sociais.

Art. 72 - Os Orçamentos da Administração Direta e da Administração Indireta (Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais) deverão destinar recursos para o pagamento do serviço da dívida municipal.

Parágrafo único. Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida referente as operações de créditos contratadas e/ou autorizadas.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 73 - Cabe a Secretaria de Finanças do Município a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O Órgão de Planejamento do Município disciplinará:

- I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
- II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundação, Fundos, e
- III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta Lei.

Art. 74 - Para os efeitos do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000:

- I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e
- II - as despesas irrelevantes, conforme disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, são aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites do art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

Art. 75 - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos a gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 76 - Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser considerados como estimativa, admitindo-se variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2027 ao Legislativo Municipal.

Art. 77 - A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

Art. 78 - Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou de instrumento congênere.



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

Parágrafo único. No caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da Administração Pública Municipal, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 79 - Cabe a Secretaria de Finanças do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta Lei, em atendimento ao art. 9º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 80 - A gestão fiscal das finanças do município far-se-á mediante a observância de normas estabelecidas na Lei Complementar 101/2000 e outros dispositivos legais, quanto:

- I. ao endividamento público;
- II. ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III. aos gastos com pessoal e encargos sociais;
- IV. a administração e gestão financeira.

Art. 81 – Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, os Poderes Executivo e Legislativo publicarão, através de Decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, conforme estabelecido no artigo 8º da Lei complementar 101/2000.

Parágrafo único - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 82 – O valor máximo de despesas consideradas irrelevantes para fins de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental são os constantes no Inciso II, Art. 73 desta lei. (§ 3º do art. 16 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 83 – Caso seja necessária limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, o procedimento será adotado de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder, preservando-se, necessariamente, as Despesas Fixas Obrigatórias e as Outras Despesas Fixas, sendo adotadas as medidas estabelecidas pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 84 - Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária das seguintes despesas:

- I. pessoal e encargos;
- II. serviços da dívida;
- III. despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas a sociedade;
- IV. investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- V. contrapartida de Convênios.

Parágrafo único - Ficam excluídas da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos, que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 85 – Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual, não for encaminhado para sanção até 31 de dezembro, a programação nele constante poderá ser executada até o limite mensal de um doze avos do total de cada ação orçamentária, na forma da proposta emitida ao Poder Legislativo, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CUBATÍ

§ 1º. – Considerar-se-á antecipação de crédito a conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º. – Não se incluem no limite previsto no *caput* as dotações para atendimento de despesas com:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – pagamento do serviço da dívida;
- III – operações de crédito;
- IV – pagamento de benefícios previdenciários e do PASEP;
- V – pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais.

Art. 87 – O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados no Balanço Patrimonial para atender programas prioritários do governo.

Art. 88 – O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, será parte integrante da Lei Orçamentária Anual – LOA 2027, especificado para cada Categoria de Programação, os Grupos de Despesas e respectivos desdobramentos até o nível de Modalidade de Aplicação, observado o disposto no art. 17 desta lei.

Art. 89 – Os recursos que, em virtude de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos suplementares ou especiais, com prévia autorização legislativa.

Art. 90 - Em caso de criação de Secretarias Extraordinárias, conforme legislação municipal pertinente, os projetos e atividades a serem desenvolvidos pela nova Secretaria serão transferidos da Unidade onde estavam sendo desenvolvidos os referidos projetos e atividades, passando esta a se constituir em uma Unidade Orçamentária.

Art. 91 – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual, em seus créditos adicionais e na respectiva execução, observadas as demais diretrizes desta Lei e, tendo e visando o controle de custos, o acompanhamento e a avaliação dos resultados da ação de governo, será feita por programa e ação orçamentária, com a identificação da classificação orçamentária da despesa pública.

Art. 92 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Art. 93 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cubatí/PB., 23 de Abril de 2026.



JOSÉ RIBEIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Constitucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2027
Anexo da Despesa de Capital
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática Elementos de Despesas/Fonte de Recursos	Dotação Orçamentária
01.001 CAMARA DE VEREADORES	
01 031 0001 1001 CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DO PRÉDIO DA CÂMARA	
4.4.90.51 1500.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	103.950
Total do Projeto:	103.950
01 031 0001 2001 ATIVIDADES LEGISLATIVAS	
4.4.90.52 1500.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	32.340
Total da Atividade:	32.340
Total da Unidade:	136.290
02.002 GABINETE DO PREFEITO	
04 122 0002 1033 AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIARIO	
4.4.90.52 1500.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
Total do Projeto:	1.386
Total da Unidade:	1.386
02.003 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
04 122 0002 1034 AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIARIO	
4.4.90.52 1500.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.003
Total do Projeto:	3.003
Total da Unidade:	3.003
02.004 SECRETARIA DE FINANÇAS	
28 846 0002 0001 MANUTENÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES DE DÍVIDAS	
4.6.90.71 1500.0000 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.517.289
Total da Operação Especial:	2.517.289
04 123 0002 1035 AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIARIO	
4.4.90.52 1500.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	36.267
Total do Projeto:	36.267
Total da Unidade:	2.553.556
02.005 SECRETARIA DE AGRICULTURA	
20 606 0003 1029 CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS	
4.4.90.51 1500.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1700.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1701.0000 OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:	220.500
20 606 0002 1036 AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA	
4.4.90.52 1700.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	115.500
4.4.90.52 1706.3110 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.128
4.4.90.52 1710.3210 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.128
4.4.90.52 1799.3110 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	115.500
Total do Projeto:	255.256
20 606 0002 2010 ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTURA	
4.4.90.52 1500.0000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	111.248
Total da Atividade:	111.248
Total da Unidade:	587.004
02.006 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2027
Anexo da Despesa de Capital
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Orçamentária
02.006 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
12 361 0002 1005	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, MAQ, EQUIP. E MOBILIÁRIO / ENS. FUNDAMENTAL	
4.4.90.52 1500.1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.146
4.4.90.52 1540.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1541.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.657
4.4.90.52 1542.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	565.877
4.4.90.52 1550.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1551.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1553.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1569.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	79.233
4.4.90.52 1570.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.745
4.4.90.52 1571.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	72.996
4.4.90.52 1706.3110	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.128
4.4.90.52 1710.3210	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.128
Total do Projeto:		794.454
12 361 0004 1007	CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.51 1500.1001	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1540.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1541.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1542.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	916.650
4.4.90.51 1550.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1551.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1553.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1569.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1570.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	525.000
4.4.90.51 1571.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	315.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	210.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		2.806.650
12 365 5000 5001	CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.4.90.51 1500.1001	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1540.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1541.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1542.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1550.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1551.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1553.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1569.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1570.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	315.000
4.4.90.51 1571.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	315.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	210.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		1.785.000
12 361 5000 5003	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, MAQ, EQUIP. E MOBILIÁRIO / EDUC. INFANTIL	
4.4.90.52 1500.1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1540.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1541.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1542.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	64.449
4.4.90.52 1550.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1551.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1553.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1569.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.224
4.4.90.52 1570.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1571.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
4.4.90.52 1706.3110	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.128
4.4.90.52 1710.3210	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.128
Total do Projeto:		170.017
Total da Unidade:		5.556.121

02.011 SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2027
Anexo da Despesa de Capital
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação Orçamentária
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		
02.011 SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES		
27 812 0002 1024	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESPORTIVAS	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1569.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1570.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		430.500
13 392 0002 2026	ATIVIDADES DE CULTURA	
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
Total da Atividade:		1.386
27 812 0002 2086	ATIVIDADES DESPORTIVAS	
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.386
Total da Atividade:		1.386
13 392 0002 2107	INCENTIVO A CULTURA - RECURSOS DA LEI ALDIR BLANC	
4.4.90.52 1719.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	11.550
Total da Atividade:		11.550
Total da Unidade:		444.822
02.017 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		
15 451 0009 1014	AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	
4.5.90.61 1500.0000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	12.821
Total do Projeto:		12.821
15 451 0009 1016	IMPLANTAÇÃO DE EXTENSÃO DA REDE ENERGIA ELETRICA	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3120	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		430.500
15 451 0009 1017	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1700.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	525.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3120	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		955.500
17 512 0009 1018	PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO POÇOS	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1700.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	315.000
4.4.90.51 1701.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3120	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		850.500
17 512 0009 1019	CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1700.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	525.000
4.4.90.51 1701.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3120	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		1.060.500

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2027
Anexo da Despesa de Capital
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Orçamentária
02.017 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		
17 512 0009 1020	CONSTRUÇÃO DE RESEVATORIOS DE ÁGUA	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1700.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	525.000
4.4.90.51 1701.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3120	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		1.060.500
26 782 0009 1021	CONSTRUÇÃO DE PASSAGENS MOLHADAS, BUEIROS E PONTILHÕES	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1700.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1701.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3120	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		640.500
15 542 0009 1023	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PUBLICAS	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1700.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.050.000
4.4.90.51 1701.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	315.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	315.000
4.4.90.51 1799.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3120	OBRAS E INSTALAÇÕES	764.505
Total do Projeto:		2.665.005
15 451 0009 1027	CONSTRUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DO LIXÃO MUNICIPAL	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1700.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1701.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		220.500
17 512 0009 1028	CONSTRUÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITARIO E GALERIAS	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1700.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	525.000
4.4.90.51 1701.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3120	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		1.060.500
15 451 0009 1037	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DO CEMITÉRIO	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
Total do Projeto:		10.500
16 482 0009 1038	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
4.4.90.51 1700.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
4.4.90.51 1799.3120	OBRAS E INSTALAÇÕES	105.000
Total do Projeto:		535.500
25 752 0009 1039	CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
Total do Projeto:		10.500
15 451 0009 1040	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.500
Total do Projeto:		10.500

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2027
Anexo da Despesa de Capital
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação Orçamentária	
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos			
02.017 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA			
04 122 0002 2066	ATIVIDADES DA SEC. DE INFRA ESTRUTURA		
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.386
4.4.90.52 1708.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		2.310
4.4.90.52 1720.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		5.775
4.4.90.52 1750.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		2.310
4.4.90.52 1751.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		11.550
		Total da Atividade:	23.331
		Total da Unidade:	9.547.157
02.020 SEC. A. JURID. SEG. PUB. ANTI DROGAS			
04 122 0002 2084	ATIVIDADES DA SEC. ASS. JURIDICOS, SEG. PÚBLICA E ANTE DROGAS		
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.386
		Total da Atividade:	1.386
		Total da Unidade:	1.386
02.021 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE			
18 542 0002 2105	ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE		
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		6.353
		Total da Atividade:	6.353
		Total da Unidade:	6.353
06.013 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
10 301 0005 1010	CONSTRUÇÕES, AMP. E REFOMAS DE UNI. DE SAÚDE - AT. BÁSICA		
4.4.90.51 1500.1002	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
4.4.90.51 1600.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
4.4.90.51 1601.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
4.4.90.51 1621.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
4.4.90.51 1631.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
4.4.90.51 1632.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
4.4.90.51 1659.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES		315.000
4.4.90.51 1659.3120	OBRAS E INSTALAÇÕES		210.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES		315.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES		315.000
		Total do Projeto:	1.785.000
10 301 0002 1030	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIÁRIO - AT. BÁSICA		
4.4.90.52 1500.1002	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.386
4.4.90.52 1600.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		40.541
4.4.90.52 1601.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		123.932
4.4.90.52 1621.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.386
4.4.90.52 1631.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		151.536
4.4.90.52 1632.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		111.573
4.4.90.52 1659.3110	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		13.283
4.4.90.52 1659.3120	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		13.283
4.4.90.52 1706.3110	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.128
4.4.90.52 1710.3210	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.128
		Total do Projeto:	481.176

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2027
Anexo da Despesa de Capital
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação Orçamentária	
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos			
06.013 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			
10 302 0002 1041	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIÁRIO - AT. ESPECIALIZADA		
4.4.90.52 1500.1002	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.128
4.4.90.52 1600.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.128
4.4.90.52 1601.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.128
4.4.90.52 1621.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		115.500
4.4.90.52 1631.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.128
4.4.90.52 1632.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.128
4.4.90.52 1659.3110	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.128
4.4.90.52 1659.3120	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.128
4.4.90.52 1706.3110	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.128
4.4.90.52 1710.3210	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		12.128
		Total do Projeto:	224.652
10 301 0002 2030	ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA		
4.4.90.52 1500.1002	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.386
4.4.90.52 1600.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.386
4.4.90.52 1659.3110	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		115.500
		Total da Atividade:	118.272
10 302 0002 2033	ATIVIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA		
4.4.90.52 1600.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.386
		Total da Atividade:	1.386
10 301 5000 5004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA NA PRIMEIRA INFANCIA		
4.4.90.52 1500.1002	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.500
4.4.90.52 1600.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.500
		Total da Atividade:	21.000
10 302 5000 5006	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA PRIMEIRA INFAN		
4.4.90.52 1500.1002	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.500
4.4.90.52 1600.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		10.500
		Total da Atividade:	21.000
		Total da Unidade:	2.652.486
06.014 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL			
08 122 0002 2098	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE ASS. SOCIAL		
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.271
		Total da Atividade:	1.271
08 125 0002 2099	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNIC. DE ASS. SOCIAL		
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		1.271
		Total da Atividade:	1.271
		Total da Unidade:	2.542
06.015 FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL			
08 244 0006 1013	CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ASS. SOCIAL		
4.4.90.51 1500.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES		10.500
4.4.90.51 1660.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
4.4.90.51 1661.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
4.4.90.51 1665.0000	OBRAS E INSTALAÇÕES		94.616
4.4.90.51 1669.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
4.4.90.51 1669.3120	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
4.4.90.51 1706.3110	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
4.4.90.51 1710.3210	OBRAS E INSTALAÇÕES		105.000
		Total do Projeto:	735.116

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2027
Anexo da Despesa de Capital
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos		Orçamentária
06.015 FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL		
08 244 0002 1032	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, MAQ. EQUIP. E MOBILIÁRIO	
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500
4.4.90.52 1669.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500
4.4.90.52 1669.3110	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.128
4.4.90.52 1669.3120	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.128
4.4.90.52 1706.3110	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.128
4.4.90.52 1710.3210	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.128
Total do Projeto:		69.512
08 244 0002 2094	MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO PROT. SOCIAL ESPECIAL (M. A. COMPLEX - PAEF)	
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500
4.4.90.52 1660.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500
Total da Atividade:		21.000
08 244 0002 2095	MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO PROT. SOCIAL BÁSICA (CRAS/SCFV ETC)	
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500
4.4.90.52 1660.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500
4.4.90.52 1660.3110	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.377
Total da Atividade:		51.377
08 244 0002 2096	MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO GESTÃO CONTR. SOCIAL (CAD. ÚNICO - IGD/TRANSF. RENDA)	
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500
4.4.90.52 1660.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500
Total da Atividade:		21.000
08 244 0002 2097	MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO GESTÃO DESC. CONTR. SOCIAL SUAS (IGD/SUAS)	
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500
4.4.90.52 1660.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.590
Total da Atividade:		23.090
08 243 5000 5008	MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO PROGRAMAS - P. INFÂNCIA	
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500
4.4.90.52 1660.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.933
Total da Atividade:		20.433
Total da Unidade:		941.528
06.016 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
08 243 0002 2104	ATIVIDADES DO FUNDO DA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.122
4.4.90.52 1669.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.128
Total da Atividade:		18.250
Total da Unidade:		18.250
06.017 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DES. ECONOMICA0		
18 541 0002 2200	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DES. ECONOMICA0	
4.4.90.52 1500.0000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.500
Total da Atividade:		10.500
Total da Unidade:		10.500
Total Geral:		22.462.384

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2027
Anexo da Despesa de Capital
Demonstrativo da Despesa de Capital - Anexo I

Em valores corrente

R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática
Elementos de Despesas/Fonte de Recursos

Dotação
Orçamentária

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2027
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
01.001 CAMARA DE VEREADORES	
01 031 0001 1001 CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DO PRÉDIO DA CÂMARA	103.950
01 031 0001 2001 ATIVIDADES LEGISLATIVAS	1.559.250
Total da Unidade:	1.663.200
02.002 GABINETE DO PREFEITO	
04 122 0002 1033 AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIARIO	1.386
04 122 0002 2003 ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	1.543.217
Total da Unidade:	1.544.603
02.003 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
04 122 0002 1034 AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIARIO	3.003
04 122 0002 2005 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	505.440
Total da Unidade:	508.443
02.004 SECRETARIA DE FINANÇAS	
28 846 0002 0001 MANUTENÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES DE DÍVIDAS	2.517.289
28 846 0002 0002 MANUTENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PASEP	663.401
04 123 0002 1035 AQUISIÇÃO DE VEICULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIARIO	36.267
04 123 0002 2008 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	1.860.892
04 123 0002 2108 ATIVIDADES DE DEVOLUÇÃO DE RECURSOS	1.508
99 999 0002 9001 RESERVA DE CONTIGÊNCIA	290.714
Total da Unidade:	5.370.071
02.005 SECRETARIA DE AGRICULTURA	
20 606 0003 1029 CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS	220.500
20 606 0002 1036 AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA	255.256
20 606 0002 2010 ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTURA	659.772
20 606 0002 2012 CORTE DE TERRAS	380.975
20 606 0002 2089 AQUISIÇÃO DE SEMENTES E DEFENSIVOS	1.386
20 606 0002 2106 ATIVIDADE DE AUX. AO PRODUTOR RURAL	36.383
Total da Unidade:	1.554.272
02.006 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
12 361 0002 1005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, MAQ. EQUIP. E MOBILIÁRIO / ENS. FUNDAMENTAL	794.454
12 361 0004 1007 CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	2.806.650
12 361 0002 2016 ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	23.492.037
12 365 5000 5001 CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	1.785.000
12 365 5000 5002 ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	8.917.006
12 361 5000 5003 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, MAQ. EQUIP. E MOBILIÁRIO / EDUC. INFANTIL	170.017
Total da Unidade:	37.965.164
02.011 SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES	
27 812 0002 1024 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESPORTIVAS	430.500
13 392 0002 2026 ATIVIDADES DE CULTURA	233.468
13 392 0002 2027 FESTEJOS TRADICIONAIS	2.538.820
27 812 0002 2086 ATIVIDADES DESPORTIVAS	62.371
13 392 0002 2103 INCENTIVO A CULTURA - RECURSOS LEI PAULO GUSTAVO	101.413
13 392 0002 2107 INCENTIVO A CULTURA - RECURSOS DA LEI ALDIR BLANC	103.950
Total da Unidade:	3.470.522

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2027
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
02.017 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
15 451 0009 1014 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	12.821
15 451 0009 1016 IMPLANTAÇÃO DE EXTENSÃO DA REDE ENERGIA ELETRICA	430.500
15 451 0009 1017 CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS	955.500
17 512 0009 1018 PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO POÇOS	850.500
17 512 0009 1019 CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.060.500
17 512 0009 1020 CONSTRUÇÃO DE RESEVATORIOS DE ÁGUA	1.060.500
26 782 0009 1021 CONSTRUÇÃO DE PASSAGENS MOLHADAS, BUEIROS E PONTILHÕES	640.500
15 542 0009 1023 CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PUBLICAS	2.665.005
15 451 0009 1027 CONSTRUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DO LIXÃO MUNICIPAL	220.500
17 512 0009 1028 CONSTRUÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITARIO E GALERIAS	1.060.500
15 451 0009 1037 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DO CEMITÉRIO	10.500
16 482 0009 1038 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	535.500
25 752 0009 1039 CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA	10.500
15 451 0009 1040 DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	10.500
04 122 0002 2066 ATIVIDADES DA SEC. DE INFRA ESTRUTURA	7.135.632
15 452 0002 2073 ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM CONSÓCIO PÚBLICO DE DES. SUSTENTÁVEL	72.303
Total da Unidade:	16.731.761
02.020 SEC. A. JURID. SEG. PUB. ANTI DROGAS	
04 122 0002 2084 ATIVIDADES DA SEC. ASS. JURIDICOS, SEG. PÚBLICA E ANTE DROGAS	216.281
Total da Unidade:	216.281
02.021 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
18 542 0002 2105 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	179.759
Total da Unidade:	179.759
06.000 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	
08 241 0002 2102 MANUT. DAS ATIV. DO FUNDO DO IDOSO	29.107
Total da Unidade:	29.107
06.013 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
10 301 0005 1010 CONSTRUÇÕES, AMP. E REFOMAS DE UNI. DE SAÚDE - AT. BÁSICA	1.785.000
10 301 0002 1030 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIÁRIO - AT. BÁSICA	481.176
10 302 0002 1041 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIÁRIO - AT. ESPECIALIZADA	224.652
10 301 0002 2030 ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA	11.824.064
10 302 0002 2033 ATIVIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	1.790.921
10 305 0002 2035 ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	300.092
10 304 0002 2090 ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	13.400
10 123 0002 2109 ATIVIDADES DE DEVOLUÇÃO DE RECURSOS	232
10 301 5000 5004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA NA PRIMEIRA INFANCIA	126.000
10 302 5000 5006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA PRIMEIRA INFAN	126.000
Total da Unidade:	16.671.537
06.014 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08 122 0002 2098 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE ASS. SOCIAL	1.508.119
08 125 0002 2099 MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNIC. DE ASS. SOCIAL	10.168
08 244 0002 2100 MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	227.420
08 244 0002 2101 MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES DE ASS. SOCIAL	12.821
Total da Unidade:	1.758.528

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATI
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2027
Anexo de Metas e Prioridades

Demonstrativo das Metas e Prioridades - Anexo II

Em valores Correntes R\$ 1,00

Classificação Institucional Funcional Programática	Dotação Fixada
06.015 FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL	
08 244 0006 1013 CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES DE ASS. SOCIAL	735.116
08 244 0002 1032 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, MAQ. EQUIP. E MOBILIÁRIO	69.512
08 244 0002 2094 MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO PROT. SOCIAL ESPECIAL (M. A. COMPLEX - PAEF)	189.000
08 244 0002 2095 MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO PROT. SOCIAL BÁSICA (CRAS/SCFV ETC)	2.115.775
08 244 0002 2096 MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO GESTÃO CONTR. SOCIAL (CAD. ÚNICO - IGD/TRANSF. RENDA)	189.000
08 244 0002 2097 MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO GESTÃO DESC. CONTR. SOCIAL SUAS (IGD/SUAS)	191.090
08 243 5000 5008 MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO PROGRAMAS - P. INFÂNCIA	1.158.221
Total da Unidade:	4.647.714
06.016 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
08 243 0002 2104 ATIVIDADES DO FUNDO DA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	142.304
Total da Unidade:	142.304
06.017 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DES. ECONOMICA0	
18 541 0002 2200 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DES. ECONOMICA0	73.500
Total da Unidade:	73.500
Total Geral:	92.526.766